



Guardas e vigilantes reivindicam regras especiais na reforma da Previdência

Em audiência nesta quinta-feira (19), na Comissão de Direitos Humanos, eles explicaram os riscos das suas atividades e argumentaram que isso justifica condições diferenciadas de aposentadoria



Na mesa os diretores da CNTV, José Boaventura e Chico Vigilante, o senador Paulo Paim e dirigentes de outras categorias

Representantes de guardas municipais, agentes de trânsito e vigilantes privados reivindicaram as mesmas regras especiais concedidas aos policiais na reforma da Previdência, que o Senado deve votar na próxima semana (PEC 6/2019). Em audiência nesta quinta-feira (19), na Comissão de Direitos Humanos (CDH), eles explicaram os riscos das suas atividades e argumentaram que isso justifica condições diferenciadas de aposentadoria.

Cerca de um quinto dos 5.562 municípios brasileiros têm guardas municipais próprias, que contam com um efetivo total entre 150 mil e 200 mil profissionais. O objetivo das



corporações é proteger as instalações públicas das cidades, fazer vigilância e policiamento e colaborar com as demais forças de segurança. A atividade é regulamentada desde 2014 (Lei 13.022).

Os representantes dos guardas argumentaram que a profissão está sujeita aos mesmos riscos físicos, psicológicos e emocionais que os policiais federais, civis e militares, que foram incluídos à parte na reforma da Previdência. Sob essas condições, afirmaram eles, a exigência da idade mínima de 65 anos para a aposentadoria é “desumana”.

— Os guardas municipais estão presentes na maioria das cidades, representam uma parcela expressiva dos agentes de segurança pública. Temos o mesmo perigo de morte, mas o reconhecimento não é o mesmo — afirmou José Rogério de Souza Júnior, secretário da Federação Nacional de Sindicatos de Guardas Municipais (Fenaguardas).

O tratamento injusto vem de longa data, segundo Reinaldo Monteiro da Silva, presidente da Associação de Guardas Municipais do Brasil (AGM-Brasil). Para ele, o país espera que os guardas assumam responsabilidades de policiais, porém sem que sejam reconhecidos como tal.

— Hoje estamos vivendo uma balbúrdia jurídica em relação às guardas municipais. Quando é conveniente, elas podem tudo, quando não é, não podem nada — reclamou.

O presidente da Associação da Guarda Municipal de Goiânia, Washington Moreira, apresentou os resultados de uma pesquisa feita dentro da corporação. Ela apontou que mais de 98% dos guardas entrevistados apresentaram algum indício de estresse relacionado ao trabalho. Problemas como distúrbio bipolar, transtorno de ansiedade e episódios depressivos também são registrados.

Outra reivindicação dos participantes da audiência é o porte de armas de fogo para os guardas municipais. Apenas parte dos municípios que empregam guardas autorizam o uso de armas e, nos demais casos, os agentes podem carregar apenas instrumentos não-letais, como tasers (armas de eletrochoque).

Segundo um estudo deste ano da Fundação Getúlio Vargas (FGV), as cidades que autorizaram o porte de armas para seus guardas municipais — e estão entre as 25% mais violentas do país — tiveram uma redução de cerca de 44% nas taxas de homicídios em cada 100 mil habitantes.



Vigilantes e trânsito

José Boaventura Santos, presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes e Prestadores de Serviços (CNTV), falou em nome dos profissionais da segurança privada. Ele afirmou que os vigilantes também estão sujeitos a riscos que acometem os policiais mas, ao contrário das forças de segurança pública, têm muito menos estrutura institucional a seu favor.

— Fazemos exame psicológico a cada dois anos e um exame médico anual de forma muito precária. Não temos apoio psicossocial nem humano. Quando [um vigilante] tem problema, recorre somente ao sindicato, porque o que a empresa mais faz nesse momento é virar as costas.

Segundo Boaventura, desde 2015 as mortes de vigilantes em ações violentas contra carros-fortes cresceram 233% — foram 25 óbitos no período. O número de feridos nesses ataques também subiu.

Outra dificuldade é o fato de que, na sua avaliação, vigilantes com mais de 50 anos têm grande dificuldade de conseguir emprego. Dessa forma, é inviável para a categoria acumular os anos de contribuição previdenciária necessários para uma aposentadoria decente, pelas regras da reforma.

Em nome dos agentes de trânsito falou Eider Marcos Almeida, presidente da Federação Nacional dos Sindicatos dos Servidores dos Detrans (Fetran). Ele observou que a categoria tem um número proporcionalmente grande de acidentes e fatalidades, apesar de ser pouco numerosa — são 66 mil no país. Ao contrário dos guardas municipais, os agentes não contam sequer com a possibilidade de portar arma de fogo.

Ele também destacou as condições de trabalho, que têm um custo físico considerável para os profissionais, especialmente porque eles trabalham exclusivamente ao ar livre.

— Não tem condição de um servidor ficar no sol de Brasília com 50 anos de idade, fazendo blitz. Não vamos sair das ruas porque a umidade caiu.

A audiência foi presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS) e contou também com a participação do deputado distrital e diretor da Confederação Nacional dos Vigilantes – CNTV, Chico Vigilante (PT), que leu Carta Aberta que foi entregue em um corpo-a-corpo feito pelos dirigentes da CNTV, junto aos Senadores pedindo apoio a manutenção do nosso direito à aposentadoria especial, através da Emenda nº 154, apresentada pelo Senador Paulo Rocha.

Participaram desta audiência os diretores do Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal, Sindicato dos Vigilantes do Amazonas e Sindicato dos Vigilantes de Niterói/RJ.

Fonte: Agência Senado com alterações da CNTV



PROCURA-SE: COLEGAS ex-SOLÁRIO OU PREFEITURA DE SALVADOR COM CHEQUES ESPERANDO NO SEU SINDICATO



Muitos colegas trabalharam entre 2011/2012 em unidades da Prefeitura de Salvador após a saída da Protector. Na bagunça do prefeito JH alguns trabalharam diretamente, outros pela Solário.

Para garantir os direitos dos colegas o Sindicato encaminhou processos na Justiça, ganhou muitos e os recursos chegaram

ao Sindicato, mas parte destes colegas não mantiveram seus contatos (telefone, principalmente) atualizados. Por isto ainda não foram localizados para receberem seus cheques. Os cheques tem valores variáveis.

Nos ajude a achar estes colegas. Avise-os, se os conhecer.

Seu direito, sua conquista os aguarda no Sindicato

O Sindicato que luta e lhe defende, quer lhe achar.

Fale conosco. Leve seus documentos (CTPS com assinatura da Solário ou comprovante que trabalhou diretamente pela Prefeitura), mais RG, CPF e comprovante de residência.

Parabéns!

Confira seu nome no site da entidade:

Fonte: SINDVIGILANTES/BA

Líder sindicalista fala sobre seus trabalhos em prol da categoria dos vigilantes de Jatai e região



O Sindicato dos Trabalhadores Vigilantes, de Jataí e Região - SINTVIJ, que representa

os profissionais do setor nos municípios de: Jatai, Acreúna, Aparecida do Rio Doce, Aporé, Aragarças, Bom Jardim de Goiás, Cachoeira Alta, Caçu, Caiapônia, Castelândia, Chapadão do Céu, Doverlândia, Gouvelândia, Iporá, Itajá, Itarumã, Lagoa Santa, Maurilândia, Mineiros, Montividiu, Paranaiguara, Perolândia, Piranhas, Portelândia, Quirinópolis, Santa Helena de Goiás, Santa Rita do Araguaia, Santo Antônio da Barra, São Simão, Serranópolis, Turvelândia, e que tem como seu Presidente, o jataiense Antônio Divino Gouveia, tem desempenhado suas atividades de representação dos interesses da categoria mesmo com muitas dificuldades que o sindicalismo tem enfrentando nos dias

atuais. Em fala ao Notícia Extra, Antônio Divino comentou que o Sindicato foi fundado em 2016, e que desde o início tem tralhado com todas as dificuldades, sempre defendendo a classe. Atualmente o salário base de um vigilante na região é R\$ 1.408, 28. Para ele, o Governo Bolsonaro já demonstrou claros sinais de que não tem interesse em ser parceiro dos sindicatos. Na região de abrangência do Sindicato, há aproximadamente 2.500 trabalhadores dentro da categoria dos vigilantes. Para Antônio Divino, atualmente, a maior dificuldade em administrar o seu sindicato é justamente a falta de receitas

financeiras, pois as contribuições hoje em dia são voluntárias, e as despesas são pesadas, como deslocamentos para outras cidades, etc. O Presidente salienta ainda que falta um maior apoio por parte dos próprios vigilantes, que precisam ver a entidade com mais importância e passar a contribuir. Por fim, Antônio informou que no próximo mês, o Sindicato estará em Goiânia, defendendo junto à classe patronal, melhores salários e condições de serviços para os vigilantes.

Fonte: Jornal Notícia Extra

Reforma da Previdência não vai gerar empregos, mas vai ampliar desigualdade e pobreza



Especialistas ouvidos pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado na segunda-feira (16) foram categóricos ao afirmarem que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 6/2019) – reforma da Previdência de Bolsonaro – não vai gerar empregos e tem potencial para ampliar a

desigualdade social e os índices de pobreza no País.

“Não tenho nenhuma dúvida que essa reforma vai aumentar a miséria e a pobreza. Eles [governistas] falam que vão economizar em torno de R\$ 1 trilhão. Na verdade, é 1 trilhão

de reais que vai deixar de circular. Menos gente comprando, menos gente produzindo, menos empregos. Mesmo os economistas que diziam que a salvação do Brasil seria a reforma da Previdência já admitem que ela não vai gerar um emprego e muito menos distribuir renda”, destacou o senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH.

Paim citou como pontos “mais cruéis” da proposta a alteração das regras para aposentadorias especiais, a pensão por morte e por invalidez e o cálculo para o benefício do Regime Geral. Em todos esses casos, o valor do benefício cairá abruptamente com as novas regras.

Na avaliação de Marcelo Inácio de Sousa, coordenador do Fórum de Economia Solidária do Distrito Federal e Entorno (FESDFE), a proposta de reforma do atual governo, além de aumentar a miséria, ela não tem nenhuma relação com a geração de empregos.

Utilizando dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), do último mês de dezembro, Marcelo ainda apontou que a Previdência Social não é o setor que mais impacta no orçamento público do Brasil. Juros e amortização da dívida pública consumiram 40,66% do orçamento. Enquanto a Previdência consumiu 24,48% e políticas para geração de empregos apenas 2,68%.

“Os argumentos apresentados até o momento não enfatizam qual a solução pós-economia de R\$ 1 trilhão. Qual o projeto que vem na sequência para a geração de emprego? Essa economia de R\$ 1 trilhão em dez anos é tudo que foi gasto no ano passado para pagamento de juros e amortização da dívida pública”, apontou Marcelo.

A jornalista Maria Mello, representante da Coletivo INTERVOZES, apresentou os dados da pesquisa Vozes Silenciadas realizada pelo grupo analisando a cobertura midiática em torno da reforma da Previdência. O estudo analisou as edições impressas dos jornais Folha de S.Paulo, O Estado de S.Paulo e O Globo publicadas no período de primeiro de janeiro a 30 de junho de 2019. Nestas, 64% dos especialistas ouvidos posicionaram-se favoravelmente à reforma; 8,5% foram parcialmente contrários e 19% manifestaram-se contrariamente à proposta.

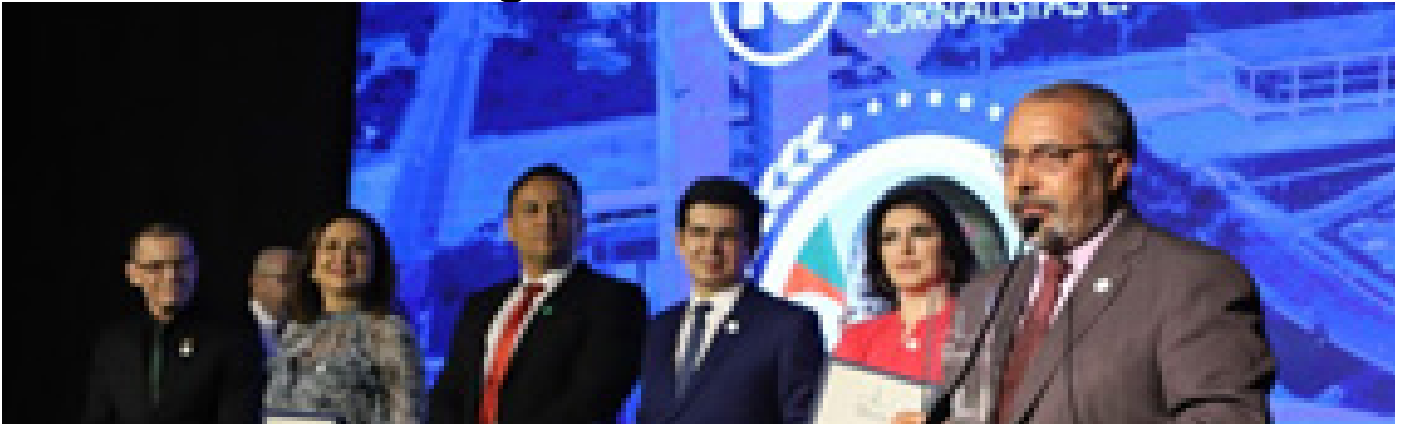
Além das matérias jornalísticas, os três maiores jornais impressos de circulação nacional utilizaram seus editoriais para defender a urgência e a importância da reforma da Previdência.

Na cobertura televisiva, analisou-se quatro semanas de edições dos telejornais Jornal Nacional (Rede Globo), Jornal da Record (Rede Record) e SBT Brasil (SBT). No caso dos telejornais, a presença de especialistas foi pequena.

As respectivas edições focavam nas explicações dos pontos do projeto e davam grande espaço para as declarações de integrantes do Ministério da Fazenda responsáveis pelo texto apresentado pelo Executivo, com raríssimos contrapontos à posição oficial do governo. Dos (as) especialistas ouvidos nestes telejornais, 90% se manifestaram favoravelmente à reforma, enquanto 10% posicionaram-se contrariamente.

A pesquisa também aponta a gigantesca disparidade de gênero. Nos jornais impressos, 88% dos especialistas ouvidos são do gênero masculino. Nos telejornais, a participação dos homens foi de 89%.

Paulo Paim é o melhor senador, na avaliação dos jornalistas



No Senado há 16 anos, Paulo Paim (PT-RS) é o senador que melhor representa a população no Senado, na avaliação de jornalistas que cobrem o Congresso Nacional. O resultado foi anunciado na noite desta quinta-feira (19) durante a festa do Prêmio Congresso em Foco 2019, realizada no Porto Vittoria Espaço de Eventos, em Brasília.

Em seu discurso, Paim destacou a preocupação com o futuro do país, dizendo “com a democracia tudo, sem a democracia nada”. Ele ainda comentou suas expectativas sobre a reforma da Previdência. “Está no Senado e eu tenho esperança grande que o Senado possa aperfeiçoar o texto que veio da Câmara dos Deputados, nos todos temos a obrigação de olhar para toda a nossa gente, e não permitir que nenhuma reforma que o Congresso venha a aprovar traga prejuízo aos setores mais vulneráveis. Vida longa à democracia, à liberdade de imprensa e ao Congresso em Foco”, discursou. .

Além de Paim, foram premiados pela votação de jornalistas do Prêmio Congresso em Foco 2019 os seguintes senadores, por

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

ordem decrescente de votação:

2º - Randolfe Rodrigues (Rede-AP)

3º - Simone Tebet (MDB-MS)

4º - Kátia Abreu (PDT-TO)

5º - Fabiano Contarato (Rede-ES)

A pesquisa foi feita por meio de ferramenta eletrônica, com o envio de um link por e-mail ou celular àqueles que estavam aptos a votar. O sistema garante o anonimato dos votos.

Cada jornalista votou em até cinco senadores(as). Só puderam ser votados aqueles congressistas que não respondem a inquérito ou ação penal no Supremo Tribunal Federal ou que exerceram o mandato por pelo menos 60 dias no atual ano legislativo.

De acordo com o regulamento, não puderam participar da votação os jornalistas vinculados a empresas de lobby, assessoria de comunicação ou consultoria política, assim como os que exercem o cargo de assessor (a) de deputado(a) federal ou senador(a), de bancadas partidárias ou de partidos com assento no Congresso.

Fonte: Congresso em Foco

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF